



ESTUDOS
UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura



Relatos

Texto recebido em: 30 set. 2022. Aprovado em: 12 abr. 2023.

BRAVIN, Adriana; LAIA, Evandro José Medeiros. Uso ativista de *smartphones* em territórios afetados por operações de mineração. *Estudos Universitários: revista de cultura*, UFPE/Proexc, Recife, v. 40, n. 1, p. 142-169, jan./jun. 2023.

<https://doi.org/10.51359/2675-7354.2023.256005>

ISSN Edição Digital: 2675-7354



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

Uso ativista de *smartphones* em territórios afetados por operações de mineração

Activist usage of smartphones in territories affected by mining operations

Adriana Bravin

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Doutora em Comunicação

E-mail: adriana.bravin@ufop.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0002-2454-3486>

 <http://lattes.cnpq.br/5579280671001593>

Evandro José Medeiros Laia

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Doutor em Comunicação e Cultura

E-mail: evandro.medeiros@ufop.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0002-8463-3176>

 <http://lattes.cnpq.br/5801243635002643>

Resumo

Este artigo é um relato do projeto de extensão *Territórios atingidos e produção de vídeo como prova*, da Universidade Federal de Ouro Preto, e propõe, inicialmente, um olhar sobre o uso ativista de *smartphones* para a produção de vídeos a serem utilizados como prova de violação de direitos humanos, assim como para a produção de narrativas autônomas, fora do agendamento midiático. Em seguida, contextualiza a situação dos territórios de Mariana e de Ouro Preto, cidades localizadas em Minas Gerais, onde os moradores vivem as consequências dos desastres socioambientais causados pela mineração. Assim, a partir da articulação entre pesquisa e extensão universitária, este relato aponta os ganhos e

os desafios experimentados nas duas edições do projeto, entre 2020 e 2022, direcionando a atenção, também, para a próxima etapa do trabalho: a criação de um protocolo para estabelecer a produção de vídeos como prova legal em territórios atingidos pela mineração.

Palavras-chave: Desastres socioambientais. Mineração. Cidadania. Smartphones. Vídeo como prova.

Abstract

This paper is an experience report of the extension project *Affected territories and the production of video as evidence*, from the Federal University of Ouro Preto, and proposes, initially, a look at the activist usage of smartphones for video production to be used as evidence of human rights violations as well as for the production of autonomous narratives outside the media agenda. Afterwards, it contextualizes the situation of the territories of Mariana and Ouro Preto, cities located in Minas Gerais, where residents live the consequences of previous socio-environmental disasters caused by mining. Thus, based on the articulation between research and university extension, this report points out the gains and the challenges experienced in the two editions of the project, between 2020 and 2022, also directing our attention to the next stage of the work: the creation of a protocol for establishing video production as legal evidence in territories affected by mining.

Keywords: Socio-environmental disasters. Mining. Citizenship. Smartphones. Video as evidence.

O vídeo como prova, as narrativas autônomas e o projeto

Com a digitalização dos processos de comunicação e com a disseminação dos aparelhos conectados em rede, a possibilidade de produzir narrativas que “furam o bloqueio da mídia” (CASTELLS, 2013, p. 94) tornou-se uma realidade. Foi nesse processo que

a Primavera Árabe (e seus desdobramentos até junho de 2013) impulsionaram, no Brasil, o uso ativista do telefone celular para a produção de vídeos como prova de violação de direitos humanos (MEDEIROS, 2022), criando, assim, uma espécie de antessala para a produção das narrativas autônomas que observamos nos dias de hoje. Sendo assim, o termo “narrativas autônomas” é entendido, aqui, como um guarda-chuva que abarca uma infinidade de relatos, unidos pela ideia de que foram produzidos para visibilizar situações e temas que não passam, ou não passavam, até então, pelo agendamento midiático. Esses temas, com alguma frequência, abordam a defesa de direitos ou a afirmação de alteridades, visto que tal estratégia de comunicação foi apropriada pelos mais diferentes grupos sociais e políticos.

Sendo assim, este relato de experiência aborda esses aspectos por meio das atividades realizadas pelo projeto de extensão universitária *Territórios Atingidos e Produção de Vídeo como Prova*, de 2020 a 2022, junto às populações atingidas pela mineração e aos movimentos sociais. O projeto, desenvolvido por professores e estudantes vinculados ao curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), sediado em Mariana (MG) e financiado pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proexc/UFOP), teve como finalidade apoiar as populações e as comunidades atingidas por desastres socioambientais causados pela mineração, a fim de contribuir com o desenvolvimento das habilidades para o uso de telefones celulares na produção de provas audiovisuais e de narrativas autônomas sobre situações de desrespeito aos direitos humanos e de injustiça social vivenciadas nos territórios. Desse modo, a proposta articula os saberes produzidos na universidade com os saberes de cidadãos e cidadãs que vivem nos territórios atingidos pela mineração. A partir dessa perspectiva, vislumbra-se produzir

discursos audiovisuais que permitam expressar as conjunções e as disjunções da vida em ambientes rurais e urbanos transformados após os desastres causados pela atividade mineradora.

O nome *vídeo como prova* tornou-se comum para definir as narrativas autônomas que funcionam não apenas como provas jurídicas, mas também como evidências ou mobilizações sociais, visto que movimentam as redes, levantando a opinião pública a partir da exposição das violações dos direitos. Tais questões podem ser exemplificadas a partir dos registros efetuados nos territórios impactados pelas atividades extrativistas minerárias ou atingidos por desastres com barragens de rejeitos de mineração de ferro, como o ocorrido com a barragem de Fundão, do consórcio das empresas Vale/BHP Billiton/Samarco, em Mariana, no ano de 2015, e com a barragem da empresa Vale, no Córrego do Feijão, em Brumadinho, no ano de 2019, ambas cidades localizadas em Minas Gerais.

Além do uso de telefones celulares, o *vídeo como prova* é também fruto da disseminação de câmeras, não apenas as acopladas a *gadgets* e operadas por humanos, mas também as controladas por sistemas de segurança e por inteligências artificiais. Sendo assim, essas narrativas, quando entram no ecossistema midiático, concretizam a potencialidade de se narrar, de modo autônomo, situações, histórias, crimes e, especialmente, violações de direitos. No entanto, é necessário que o vídeo, para ser considerado como prova em um processo na Justiça, tenha características muito específicas que, muitas vezes, apresentam-se no hiato entre a irrefutabilidade necessária, de acordo com os advogados, e a segurança para realizar-se a produção dos registros, por parte de quem os produz.

Não obstante, de acordo com o relatório *Vídeo como prova jurídica para defesa dos Direitos Humanos no Brasil*, “o horizonte do

vídeo como prova jurídica é promissor e tende a ser uma ferramenta essencial para a garantia dos direitos humanos no Brasil, via sistema de justiça” (ARTIGO 19; WITNESS, 2019, p. 37). Dessa forma, o documento aponta ainda que, quando ocorre algum tipo de responsabilização em casos de violações de direitos, no Brasil, há, em geral, algum registro audiovisual. Entretanto, apesar do uso desse instrumento ser relativamente novo no país, é importantíssimo que esse caminho seja trilhado por defensores, advogados, comunicadores, vídeo ativistas e cidadãos que possam vir a testemunhar e filmar alguma violação de direitos humanos.

Desse modo, essa abordagem nos levou à compreensão do uso das tecnologias móveis de comunicação como ferramenta para o exercício da comunicação cidadã e para a construção de narrativas autônomas sobre as inúmeras situações de violação de direitos nos territórios atingidos pela mineração, especialmente em Minas Gerais, onde atuamos enquanto projeto de extensão. Identificamos, também, o uso do telefone celular como meio de proteção dos ativistas durante registros de manifestações, especialmente as ocorridas depois de junho de 2013, aplicando-se esse conceito, igualmente, aos inúmeros protestos empreendidos pelas comunidades atingidas pela mineração.

Assim, para o desenvolvimento do projeto, elaboramos uma metodologia própria, a partir da compreensão dialógica da prática extensionista e das atividades remotas, que incluíram um seminário e duas oficinas, realizados de maneira síncrona. Tivemos, então, no seminário e nas oficinas, rodas de conversa com o público participante, nas quais foram abordados temas como: comunicação e mobilidade, linguagem audiovisual e uso de telefones celulares, comunicação e cidadania, liberdade de expressão, segurança do/

da ativista, limitações e implicações do direito de filmar, conflitos socioambientais e outros. Realizamos ainda, nas oficinas, treinamentos específicos aplicados ao uso de telefones celulares, tais como: a importância dos metadados para a certificação da veracidade das informações armazenadas e as formas seguras de armazenamento e compartilhamento das informações. Assim, no desenvolvimento das atividades, as constantes trocas de experiências e vivências entre os participantes estavam sempre presentes. É válido destacar que todos os conteúdos foram compartilhados, posteriormente, com os participantes, que incluíam professores, bolsistas, convidados dos seminários e pessoas dos mais diversos territórios do país, principalmente de Minas Gerais, que foram atingidas pelos desastres.

Fomos fortemente inspirados, no campo da pesquisa em extensão e da inovação no ensino, pela experiência da organização não governamental Witness, que desenvolveu protocolos próprios para filmagens com celulares, no âmbito da produção de vídeo como prova, em situações de violência policial e de violação dos direitos humanos. Desse modo, a partir dessa referência, buscamos o diálogo horizontal com o público participante do projeto de extensão para iniciarmos, com base nas experiências de quem de fato vivencia as injustiças e os desrespeitos praticados pelas corporações mineradoras, a elaboração de um protocolo de filmagem para o uso do vídeo como prova e evidência de tais situações.

Nesse sentido, o projeto dialoga com a compreensão do uso ativista de *smartphones*, proposta estabelecida pelas diretrizes de políticas para a aprendizagem móvel e preconizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) (2013), como ferramenta pedagógica. Sendo assim, a

publicação mostra os benefícios dos dispositivos móveis na educação e sugere a adoção de políticas públicas que estimulem esse uso. Diante disso, reforça-se a aprendizagem individualizada em contextos não acadêmicos e destaca-se o exercício da cidadania, principalmente no que diz respeito aos direitos das mulheres, ao combate aos preconceitos e também à garantia dos direitos humanos.

Vidas atingidas, territórios atingidos

Sete anos após o maior desastre socioambiental do país, ocorrido a partir do rompimento das barragens de rejeitos de mineração em Mariana, no ano de 2015, e três anos após o desastre da empresa Vale, que causou 259 mortes e deixou 11 pessoas desaparecidas, em Brumadinho, no ano de 2019, os sobreviventes e os seus familiares continuam lutando pelo reconhecimento dos direitos de indenização e de reconstrução de seus territórios e de suas vidas. No entanto, um pequeno alento veio para a população com a aprovação, no final de 2020, pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, do Projeto de Lei nº 1200/2015, que trata da Política Estadual de Atingidos por Barragens e outros Empreendimentos (PEAB). O projeto de lei assegurou, então, assistência técnica à população afetada pelos impactos provenientes da construção, da instalação, da ampliação e da operação de barragens e de outros empreendimentos industriais, além de reconhecer os direitos e as formas de reparação, os mecanismos de financiamento e o órgão gestor. É válido destacar, ainda, que a conquista do direito à assessoria técnica, por meio dos processos de reparação, para as comunidades ao longo dos rios Doce e Paraopeba atingidas pelos desastres

de 2015 e 2019, foi um importante avanço em meio aos anos de luta e de conflitos envolvendo a mineração nos territórios afetados pelos desastres socioambientais.

Recentemente, a comunidade do distrito de Antônio Pereira, em Ouro Preto (MG), uma das envolvidas na ação do projeto de extensão *Territórios Atingidos*, conquistou o direito à assessoria técnica em razão dos danos e das ofensas contra os direitos humanos, da remoção compulsória e do anúncio de risco de rompimento da Barragem de Doutor, pertencente à empresa Vale. Nesse sentido, é possível perceber a importância do reconhecimento do sofrimento causado às vítimas dos desastres socioambientais, bem como de seus direitos, da amplitude da violação dos direitos humanos e da importância de ser ouvido e de ser visto. Além disso, compreendemos que o testemunho da vivência com a mineração e as respectivas consequências dos desastres socioambientais na vida daqueles e daquelas que tiveram suas realidades, para sempre, modificadas, correspondem a um vasto campo de atuação da universidade, especificamente o campo da extensão e da produção de narrativas autônomas, pelas pessoas atingidas, com o uso de aparelhos celulares. Tal questão se torna evidente ao considerarmos necessário o testemunho dessas pessoas ao longo do processo de reparação e de reconhecimento de seus direitos, possibilitando, assim, que os testemunhos venham à tona.

No contexto dos traumas resultantes do desastre da barragem de Fundão, as populações atingidas no município de Mariana (MG), como os agricultores familiares e as populações que viviam e que ainda vivem nos distritos atingidos (Bento Rodrigues, Bicas, Ponte do Gama, Paracatu de Baixo, Paracatu de Cima, Borba, Pedras, Barreto e Gesteira), enfrentam, além da luta pela reconstrução

de seus territórios e pela justa reparação das perdas e dos danos causados pelos desastres, enormes desafios decorrentes do deslocamento de seus locais de origem.

Assim sendo, as dificuldades presentes na retomada da vida são representações da extensão espaço-temporal dos desastres, visto que continuam desafiando os atingidos e as atingidas, as advogadas e os advogados populares, os movimentos sociais, o sistema judicial e os poderes públicos, com imprevisíveis consequências futuras em dados ramos – a exemplo da gravidade dos riscos à saúde para os que foram expostos à toxicidade dos ambientes atingidos pela lama, de acordo com o estudo produzido pela Ambios Engenharia e Processos (AMBIOS, 2019). Outro aspecto a ser destacado é a infinidade de reuniões de negociação sobre os processos de reparação, que arrasta-se desde 2015, causando desgastes emocionais ainda maiores nas vítimas.

Após o rompimento da barragem da empresa Vale, em Brumadinho, 2019, várias barragens de rejeitos de mineração, em Minas Gerais, foram classificadas como estando em situação de risco. Com isso, diante da insegurança e do risco calculado (nunca antes divulgado) de um possível rompimento, instalou-se, entre a população que vive próxima dessas estruturas, o terror generalizado. O alerta sonoro (sirene), que anuncia o risco, já foi ouvido em outras cidades da região, como Barão de Cocais, Itatiaiuçu, Nova Lima e, por fim, Ouro Preto, onde está o distrito de Antônio Pereira, mencionado anteriormente e no qual os trabalhadores da empresa mineradora vivem. Em plena pandemia, este distrito sofreu com a “evacuação” forçada de parte da população que poderia ser atingida por um possível rompimento da Barragem de Doutor, acontecimento que teve seu risco aumentado após ela entrar na lista das barragens

que serão “descomissionadas” pela empresa Vale, ou seja, que sofrerão, como forma de reduzir futuros riscos da mineração, um complexo processo de “desmonte” dessas megaestruturas. Sendo assim, para as vítimas dos desastres, essa ação caracterizou-se como “terrorismo de barragem” (SOUZA, 2019, p. 22).

É de amplo conhecimento o poder das corporações mineradoras nos territórios aqui descritos e a invisibilidade das situações de injustiça, potencializadas e desencadeadas pelos desastres socioambientais do consórcio Vale/BHP Billiton/Samarco e pelo “terrorismo de barragem”. Desse modo, entende-se que tais situações são resultado das relações assimétricas no acesso e na distribuição do poder, diante da disputa território-espacial que configura o conflito, a exemplo de decisões tomadas desde a gestão do território, que resultaram, assim, na construção de barragens de rejeitos de mineração em locais que ameaçam populações e bacias hidrográficas. Destarte, a vida, nas localidades atingidas e ameaçadas, não será mais a mesma, por isso, é preciso considerar que, nos próximos anos, na luta em defesa dos direitos humanos, civis, culturais e territoriais dessas populações, importam tanto a documentação e a produção de provas a respeito das injustiças quanto à reparação empreendida na esfera política-jurídica, além das formas de expressão dos sentimentos de indignação, a fim de que elas não sejam invisibilizadas pelo poder corporativo.

Diante das informações, é importante destacar que foi um grupo de mulheres, do distrito de Antônio Pereira, que participou, com maior afinco, da primeira edição do projeto *Territórios Atingidos*. Elas, juntamente com as mulheres atingidas de Paracatu e de Mariana, integraram a primeira turma da oficina, trazendo-nos, de maneira profunda e dolorosa, as diferentes perspectivas dos teste-

munhos e dos sentimentos de injustiça que permeiam, diariamente, a vida nesses territórios.

Nesse sentido, iniciamos, na primeira oficina do projeto, realizada em 2020, um diálogo com as participantes, tratando da utilização das câmeras dos celulares com a finalidade de expor os fatos e as situações de violação relatadas por elas, tais como: as ameaças da atividade mineradora ao patrimônio histórico arqueológico do distrito de Antônio Pereira; as remoções compulsórias promovidas, em plena pandemia, pela empresa Vale, naquela e em outras localidades de Minas Gerais que sofrem com o “terrorismo de barragem”; as dores e os dissabores de quem perdeu tudo com o rompimento da barragem de Fundão e que não viu, ainda, sua casa e sua comunidade serem reconstruídas, como os ex-moradores de Paracatu de Baixo e Bento Rodrigues, em Mariana. Esses são apenas alguns dos exemplos de narrativas audiovisuais autônomas resultantes da primeira oficina de produção de vídeo com o uso de celulares.

À vista disso, é fundamental ressaltar que estar em uma situação de conflito, como a que envolve a população dos territórios atingidos pela mineração, é estar, na maioria das vezes, dependente das decisões tomadas por outros – empresas, Justiça, poder público. Sendo assim, as pessoas que se encontram em situações vulnerabilizadas poucas vezes são ouvidas e atendidas em suas reivindicações. Por isso, estar nesses territórios é estar em contato, de maneira permanente, com o que causa tal vulnerabilidade. Logo, é conhecer profundamente aquilo que, vivido no cotidiano, dói em seus corpos e mobiliza suas emoções, “fazendo sangrar por dentro”, como nos relatou, durante a oficina do projeto, uma mulher do distrito de Antônio Pereira, atingida pelo desastre socioambiental.

Nesse sentido, as câmeras cumprem um importante papel na elaboração de provas que revelam fatos e expõem situações de violação. Entretanto, os seguintes questionamentos surgem: como gravar um arquivo que seja uma evidência crucial dos desrespeitos e das injustiças sofridos nos territórios atingidos pela mineração? Como narrar sua história através de um vídeo? O que é preciso para produzir uma narrativa audiovisual convincente, especialmente ao trazer o conflito para a tela? Quais imagens são fundamentais? Como um vídeo pode se tornar a prova de um caso específico e ajudar, por exemplo, a melhorar a força legal de uma evidência? Como se preparar e se proteger para produzir vídeos como prova?

Tais questões foram alguns dos pontos trazidos e orientados nas duas oficinas do projeto *Territórios Atingidos*, realizadas em 2020 e em 2022, respectivamente. As oficinas, então, tiveram o objetivo de promover um espaço de cidadania que potencializasse o direito à comunicação dos sujeitos atingidos pelos problemas advindos da mineração e encontrados em situações de conflitos e de injustiça, utilizando o audiovisual como linguagem e o *smart-phone* como ferramenta.

Assim, a iniciativa do projeto de extensão relaciona-se, diretamente, com o desenvolvimento dos mecanismos de cidadania comunicativa a partir do reconhecimento que o indivíduo adquire de sua capacidade de ser sujeito de direito e de demandas no terreno da comunicação pública e do exercício desse direito (WOTTRICH, 2013). A cidadania é compreendida, aqui, como a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou, no caso de uma democracia efetiva, por todos os indivíduos, de se apropriar dos bens socialmente criados, de atualizar todas as potencialidades de realizações humanas, abertas pela vida social, em cada contexto

historicamente determinado (COUTINHO, 1999). Como nos lembra Coutinho (2000), a cidadania “é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando assim um processo histórico de longa duração” (COUTINHO, 2000, p. 50-51).

Ademais, a possibilidade de desenvolver potencialidades para o uso das tecnologias comunicativas, como o uso dos *smartphones* na produção de vídeos como provas, elaboradas pelos sujeitos envolvidos nas situações de conflito socioambiental que envolvem a mineração, leva-nos à perspectiva de uma cidadania comunicativa, que vai além da relação entre direitos e deveres, incluindo, assim, a capacidade do cidadão de pertencer, de participar e de se posicionar. De fato, a cidadania efetiva só se dá quando existe um espaço de expressão, no qual os indivíduos podem se posicionar no ambiente público da comunicação e quando há uma prática de reivindicação pelo exercício ou pela ampliação desses direitos.

Articulação entre pesquisa e extensão

A universidade, em diferentes tempos, já teve o papel de formar consciências humanas, mas, desde a segunda metade do século XX, ela parece estar “caminhando para um modelo que tem a ver com a cidadania, os direitos do homem e a grande necessidade de realizar justiça e equidade” (SLEUTJES, 1999, p. 100). Sendo assim, podemos entender que o ensino universitário pressupõe não só a construção do conhecimento em sala de aula, mas também a pesquisa e a objetivação dessa pesquisa, aplicada por meio da extensão. Desse tripé, a extensão é a área mais diversificada e hete-

rogênea da universidade e, talvez por isso, a mais potente no que diz respeito à construção coletiva do conhecimento, de modo relacional. Diante disso, Maria Helena Sleutjes (1999, p. 109) acredita na necessidade de retomar a extensão como lugar de exercício da cidadania, visto que

disseminaria os conhecimentos gerados pela universidade, repassando-os à sociedade. Evidentemente, os conhecimentos ou técnicas a serem disseminados precisam representar uma diferença significativa na vida das pessoas ou de parte da sociedade para que haja interesse genuíno em sua transferência.

Sleutjes (1999, p. 100) destaca, ainda, que a pesquisa é fruto do amadurecimento do ensino, sendo um aprofundamento do conhecimento, rumo à busca de soluções por meio da investigação. Desse modo, segundo a autora, “pesquisar significa, efetivamente, participar de um universo qualitativo e constantemente transformado e quantitativamente enriquecido pelos novos conhecimentos que se vão somando ao longo desse processo” (SLEUTJES, 1999, p. 106). Portanto, a pesquisa é a atividade que dá sustentação ao ensino universitário. É preciso lembrar, ainda, que associar o ensino à pesquisa e vice-versa é papel essencial da universidade, e que esse conhecimento precisa ser estendido à comunidade, completando, então, o tripé ensino–pesquisa–extensão, definido como indissociável na Constituição Brasileira de 1988.

Propomos, nesse projeto, uma abordagem de extensão que acolha essas duas necessidades: conferir o caráter de cidadania, compartilhando conhecimentos e tecnologias de relevância social; e aplicar o conhecimento desenvolvido na pesquisa e no ensino. O modelo inspirador para este trabalho, colhido em pesquisa, é a

organização internacional sem fins lucrativos denominada Witness, que tem o objetivo de capacitar lideranças sociais para a produção de relatos audiovisuais via telefone celular que possam ser usados, posteriormente, como provas para o jornalismo e também para os tribunais. Para isso, são compartilhados princípios da linguagem audiovisual, além de orientações sobre o manejo de *softwares* e do próprio aparelho. No entanto, é preciso reforçar que essa não é uma prática de capacitação profissional em audiovisual e, muito menos, de ensino do jornalismo. Trata-se de uma aplicação específica de conhecimentos técnicos que formam um conjunto de saberes que, se compartilhados, podem potencializar vozes emergentes no processo de construção da cidadania, um dos principais papéis da extensão universitária (SLEUTJES, 1999).

A Witness foi criada com o apoio de fundações privadas dos Estados Unidos, em parceria com a organização Human Rights First, em 1992, atuando, desde então, em mais de 20 países. Desse modo, partindo da premissa de que a maior parte da população mundial tem uma câmera no bolso, a Witness (2023b, n. p) “é uma organização governamental sem fins lucrativos que capacita e ajuda pessoas a usarem o vídeo na luta por direitos humanos”.

A organização atua na identificação de situações críticas, oferecendo capacitações presenciais e *on-line* para ensinar noções básicas e técnicas de filmagem com segurança. Sendo assim, “os vídeos da Witness já ajudaram a colocar o chefe de uma milícia da República Democrática do Congo atrás das grades, a aprovar uma lei nos Estados Unidos para proteger idosos contra abusos, e a transformar cidadãos comuns em jornalistas respeitados cujas imagens são exibidas na mídia internacional” (WITNESS, 2023a, n. p). Como é dito em seu *website*: “Criamos ferramentas e aplicativos que foram

reconhecidos internacionalmente por propiciar maior segurança às pessoas filmadas” (WITNESS, 2023c, n. p). No Brasil, especificamente no Rio de Janeiro, a organização oferece suporte aos midiativistas ao capacitar as lideranças comunitárias, a fim de contribuir para o registro das situações de violação dos direitos humanos, cumprindo o objetivo de procurar e destacar “vídeos feitos por cidadãos comuns para ajudar a dar visibilidade a temas e histórias não-cobertas pela imprensa” (WITNESS, 2023c, n. p).

Dito isso, é válido considerar o pensamento de Paulo Freire (1988) para que possamos, assim, nos questionarmos sobre o desenvolvimento de uma pedagogia extensionista por parte dos responsáveis por ensinar: aquele que ensina deve apenas estender o seu conhecimento ou então partir do lugar denominado de comunicação, mudando as situações que precisam de mudança? Para Freire, o educador, por possuir saberes diferentes do sujeito que está na posição de aprendiz, não ocupa uma posição de saber absoluto, na qual seria responsável somente por transmitir os conhecimentos a quem nada pode oferecer, mas sim age de forma contrária: em um processo de comunicação, os conhecimentos podem somar-se de modo transformador e dinâmico.

Daí que se torne indispensável à superação da compreensão ingênua do conhecimento humano, na qual muitas vezes nos conservamos. Ingenuidade que se reflete nas situações educativas em que o conhecimento do mundo é tomado como algo que deve ser transferido e depositado nos educandos. Este é um modo estático, verbalizado, de entender o conhecimento, que desconhece a confrontação com o mundo como a fonte verdadeira do conhecimento, nas suas fases e nos seus níveis diferentes, não só entre os homens, mas também entre os seres vivos em geral (FREIRE, 1988, p. 28).

A obra *Extensão ou comunicação?*, publicada pela primeira vez em 1969, como fruto da pesquisa de Freire no Instituto de Capacitación e Investigación en Reforma Agrária, no Chile, dialoga com a proposta apresentada aqui neste texto: pensar a prática do audiovisual e a pesquisa a partir do olhar da comunidade que vive ou que vivia em territórios atingidos pela mineração. Freire (1988) reflete sobre a prática de transmissão de saberes, trazendo a experiência da extensão universitária para desenvolver o argumento de que só ensina quem também é capaz de aprender, buscando definir, assim, a expressão “extensão universitária” como: educar e educar-se na prática da liberdade. A extensão, nessa perspectiva, não deseja domesticar indivíduos, mas alcançar bens maiores, até mesmo dos que foram propostos em um projeto. A reflexão oferece, então, ferramentas objetivas, não apenas para os movimentos de luta por territórios, no campo, mas também para outros movimentos sociais, aproximando, mais uma vez, o olhar pedagógico de nossa proposta.

A chegada da pandemia

Com o intuito de realizar o propósito inicial do projeto, acionamos, nas edições de 2020 e de 2021, uma tríplice abordagem metodológica, sendo a sua base teórica a revisão conceitual sobre os conflitos socioambientais e a questão mineral no território do Quadrilátero Ferrífero Aquífero (QFA), onde estamos geograficamente localizados. A nossa base empírica se deu através da nossa experiência acumulada no projeto de extensão anterior, chamado *Circula Vídeo*, realizado na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), no qual foi desenvolvido e elaborado um material didático com a propo-

sição de métodos de utilização de vídeo por *smartphone*, tendo a sua aplicação sido testada junto aos estudantes da rede pública da cidade de Mariana. Além disso, houve a experiência acumulada pela Witness, que desenvolveu cinco protocolos para a filmagem de vídeos como provas em situação de conflito.

O projeto, planejado, inicialmente, para ocorrer presencialmente em Mariana, no ano de 2020, precisou ser reformulado, em função da pandemia da Covid-19, para o modelo remoto, com encontros *on-line*. Assim, exigiu-se o intenso trabalho de levantamento dos contatos de possíveis interessados, alterando o planejamento das etapas dos encontros. Diante dessa realidade, buscamos, em Mariana, o apoio da Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão, e conseguimos mapear, a partir da técnica da bola de neve, uma pequena rede de contatos nos distritos atingidos pelo desastre de 2015.

A pandemia, então, explicitou outra face da desigualdade, relacionada, nesse caso, ao acesso à *internet*, tanto na cidade quanto na zona rural, isso porque muitas das pessoas inscritas na oficina, por meio das respostas enviadas a um formulário via *WhatsApp*, destacaram que sua participação não era possível devido à falta de conexão. Naquele momento, não havia como propor o compartilhamento de espaços para usufruir de uma rede de *internet* disponível, como a sede da Comissão de Atingidos ou mesmo uma escola, pois as atividades presenciais estavam suspensas em função das medidas de isolamento social, para contenção da propagação da Covid-19.

No entanto, um grupo de moradoras do distrito de Antônio Pereira, que havia recém-constituído a Comissão de Atingidos e Atingidas da Barragem de Doutor, junto às mulheres integrantes da

Comissão de Atingidos de Fundão, residentes no distrito de Paracatu e em Mariana, conseguiram se mobilizar e viabilizar, assim, a sua participação, ainda que, em muitos momentos, a conexão da *internet* tenha dificultado a copresença. Por isso, foi preciso adaptar as formas de compartilhamento dos arquivos gravados na oficina, a fim de que pudessem ser acessados mais facilmente. Sendo assim, o uso do *Google Drive*, um dos mecanismos de armazenamento em nuvem, mostrou-se eficiente, no que diz respeito às questões técnicas e de segurança de informação. Entretanto, os participantes apresentaram pouca familiaridade com esse recurso, evidenciando a necessidade do oferecimento de treinamentos e capacitações para que houvesse um melhor aproveitamento das ferramentas disponibilizadas.

Assim, nossa abordagem metodológica teve início com a sensibilização e a preparação do bolsista do projeto, estudante do curso de Jornalismo, por meio de leituras e discussões sobre as seguintes temáticas: conflitos socioambientais; neoextrativismo; injustiça ambiental; direitos humanos, comunicação e cidadania; e *smartphones* e audiovisual. Em seguida, estudamos e selecionamos os protocolos de filmagem construídos pela Witness e reunimos material audiovisual de apoio para as oficinas. Nesse percurso, também mapeamos coletivos em redes sociais (*Facebook* e *Instagram*) que abordavam a temática dos atingidos, a fim de identificar os discursos que circulavam sobre os conflitos com a mineração, durante o período da pandemia.

Diante disso, nosso contato com o público participante, como fora explicado anteriormente, se deu pelo mapeamento dos contatos telefônicos e pelas mensagens de *WhatsApp*, além dos grupos que mapeamos nas redes sociais. A partir disso, iniciamos a divul-

gação da oficina e das inscrições, que aconteceram por meio de um formulário *on-line*. Sendo assim, durante os seis encontros *on-line* da oficina de 2020, além das discussões dos temas já expostos, levantamos questões de interesse dos participantes para a captação de imagens e para a produção de vídeo como prova, tais como linguagem audiovisual; roteirização e edição; princípios de segurança e de ética (antes, durante e após a filmagem); e possíveis adequações do material produzido. Por fim, conversamos sobre as formas de compartilhamento seguro do material produzido, que incluem, de acordo com os protocolos de segurança do ativista, o compartilhamento por meio de grupos ou coletivos, não sendo este nunca de maneira individual, ou seja, em sua própria rede social, principalmente quando o vídeo tratar de denúncias e temas mais sensíveis.

Dessa maneira, pudemos perceber que os momentos em grupo não eram apenas aulas *on-line*, mas sim verdadeiros canais de troca de conhecimentos entre a comunidade e a universidade, de sensibilização, de testemunho, de desabafo e de muito aprendizado, dos quais todos(as) saíram transformados. Destarte, evidenciava-se, nos participantes, a ânsia pelo ser ouvido, pelo reconhecimento de sua luta, pelo escancaramento dos desrespeitos sofridos e a maneira ideal para narrá-los e pela compreensão do desrespeito vivenciado nos territórios modificados pela mineração, mostrando, assim, que os objetivos estabelecidos previamente pelo projeto foram ampliados. Logo, os encontros, programados para durar 1 hora/aula por semana, chegavam a durar até 4 horas ininterruptas, em função da grande necessidade que nosso público tinha de ser ouvido e de expor os problemas enfrentados no território.

Com isso, é possível afirmar que a principal contribuição do público participante da oficina foi por meio do diálogo. Isso porque

estabeleceu-se, durante todo o processo das rodas de conversa/oficina, um canal aberto para que as participantes pudessem opinar, perguntar e sugerir temas e conteúdos para os encontros subsequentes. Além disso, as atividades propostas foram adaptadas para atender às demandas do público, que solicitou a abordagem dos problemas técnicos mais comuns nas filmagens e uma roda de conversa com um advogado popular sobre questões que envolviam o direito de imagem e o direito de filmar. Dessa forma, contamos com a participação de uma parceira no projeto, o Coletivo Margarida Alves de Assessoria Popular.

A expansão do projeto

O projeto, em 2021, voltou a ser submetido à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFOP, com uma nova configuração. No entanto, os autores deste artigo trabalharam, dessa vez, em parceria com dois projetos de extensão que eram complementares: o projeto *Territórios Atingidos e Produção de Vídeo como Prova* e o projeto *Transmissões: Produção de Narrativa Autônomas para Audiovisual ao Vivo*, ambos com um bolsista de extensão. Sendo assim, tivemos o objetivo de ampliar a abrangência do território e do público, uma vez que ainda estávamos vivenciando as medidas de isolamento social impostas pela pandemia de Covid-19. Por isso, o ambiente digital tornou-se bastante propício, visto que poderíamos alcançar, por meio dos encontros *on-line*, outras regiões do país que viviam sob o impacto das atividades mineradoras e movimentos sociais, voltados para a produção de narrativas autônomas para além do vídeo como prova. Desse modo, alcançamos um público formado de todas as regiões do país.

Com isso, ampliamos também as parcerias e, em 2021, a Comissão de Atingidos e Atingidas da Barragem de Doutor e as organizações não governamentais Artigo 19 e Intervozes Coletivo Brasil de Comunicação estiveram conosco nas ações. É válido destacar que o Observatório Jornalismo(S), do curso de Jornalismo da UFOP, também foi um parceiro muito importante, tendo em vista que trabalhamos na divulgação das ações do projeto em suas redes sociais, Instagram e Youtube.

Nessa etapa, dividimos as ações em duas fases: um seminário de extensão, que ocorreu em 2021, para tratar dos temas que permearam as discussões na oficina realizada em 2020; e duas oficinas, sendo a primeira sobre produção de narrativas autônomas em *lives*, voltada a coletivos e movimentos sociais, e a segunda sobre produção de vídeo como prova, voltada especificamente para o público situado nos territórios atingidos pela mineração. Ambas as oficinas aconteceram através de quatro encontros *on-line*, realizados em maio e em junho de 2022, respectivamente.

O seminário de extensão *Diálogos: ativismos, segurança digital e narrativas autônomas* contou com a participação das entidades parceiras, de convidados da rede Justiça nos Trilhos, do Pará, e com a participação dos movimentos socioambientais de Minas Gerais, sendo o Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela e o Movimento pelas Serras e Águas de Minas. É válido destacar, ainda, que as *lives* do seminário, com os convidados e os parceiros do projeto, ocorreram através de quatro encontros *on-line*, com transmissões ao vivo pelo canal do Youtube do Observatório Jornalismo(S). Além disso, a realização do seminário de maneira conjunta contribuiu para o propósito de introduzir temáticas que dialogassem com as oficinas ofertadas, em 2022, pelos dois proje-

tos de extensão. Desse modo, o seminário também foi um preparatório para os futuros participantes das oficinas.

Nessa ação, trouxemos para o debate temas que interessavam ao público de ambos os projetos, sendo eles: *Direito à Comunicação*, *Direito à Comunicação como Direito Humano*, seminário¹ com participação do grupo Intervozes Coletivo Brasil de Comunicação; *Ativismo Digital e redes de redes*, também com participação do Intervozes Coletivo Brasil de Comunicação; *Segurança Digital e Produção de Vídeo como Prova*, com o grupo Artigo 19; e *Coletivos de comunicação e estratégias de luta contra a mineração*, com integrantes da Justiça nos Trilhos (PA) e dos movimentos Gandarela e pelas Serras e Águas de Minas (MG). Ressalta-se, por fim, que os três últimos *links* foram disponibilizados apenas para os inscritos nos eventos.

É importante ressaltar que os participantes, nas avaliações finais do seminário de extensão, destacaram que essa ação contribuiu para uma “melhor compreensão sobre a temática e os desafios de pensar sobre ferramentas comunicacionais para se fazer valer direitos humanos, e em especial, dos atingidos por crimes ambientais”, além de “novas estratégias, narrativas e experiências”. Outras avaliações apontaram para a maneira que a ação ajudou a ter uma “melhor compreensão sobre a temática e os desafios de pensar sobre esse tipo de ativismo”. A maioria dos participantes destacou que a ampliação dos conhecimentos foi um dos principais benefícios trazidos pela ação, uma vez que foram levados, ao público, debates atuais com especialistas em temas que alcançam esses grupos sociais participantes, como os ativistas

1. O vídeo pode ser acessado através do Youtube, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FbMdohDGLrA&feature=youtu.be>.

dos direitos humanos, as vítimas dos desastres acometidos pela mineração, os estudantes da graduação e da pós e os responsáveis pelos movimentos sociais.

Diante das informações apresentadas, constatamos que muitos dos que participaram do seminário ingressaram, também, nas duas oficinas que realizamos, por meio da ferramenta Google Meet, no ano seguinte. Assim, abordamos, mais uma vez, as temáticas presentes na oficina realizada em 2020, mas realizando o debate com um público mais abrangente, que trouxe diferentes experiências no enfrentamento dos desafios referentes à mineração nos mais diferentes territórios. Desse modo, os formulários de avaliação trouxeram retornos significativos, que contribuíram, diretamente, para a ação realizada e para o aperfeiçoamento dessa e das futuras ações previstas no projeto. Pode-se afirmar que uma das escolhas mais proveitosas foi a do uso do Google Meet, ferramenta que possibilitou a interação entre os participantes. Outrossim, a decisão de não gravar o último encontro de uma das oficinas – que tratava da segurança dos ativistas – também mostrou-se bastante adequada, visto que conferiu confiabilidade à iniciativa no tratamento de temas sensíveis e que podem colocar os participantes sob ameaça.

Considerações finais

Por fim, iniciamos a construção de um protocolo piloto para as filmagens das situações de desrespeito e de injustiça envolvendo a mineração, o que nos indicou a necessidade de ampliar as questões para além do uso do vídeo como prova jurídica. Os tópicos em construção versam sobre os temas trabalhados nas duas oficinas realizadas, em 2020 e em 2022, pelo projeto, assim como o seminário de

2021, além de tratar das trocas de saberes entre osicineiros e os participantes das atividades, bem como das experiências de quem vive nos territórios atingidos pela mineração. Desse modo, alguns dos temas escolhidos foram: narrativa audiovisual com celulares; direitos humanos; direito de filmar; segurança pessoal e avaliação de riscos; situações de ameaça ao patrimônio histórico, cultural e ambiental; impactos à saúde física e emocional; formas de acionar a Justiça; vídeo como prova; formas de compartilhar com segurança.

É importante ressaltar que os integrantes da primeira oficina, realizada em 2020, produziram três produtos audiovisuais que foram disponibilizados no canal do projeto no Youtube, por não considerarmos, conjuntamente, que significavam ameaças ou riscos para seus produtores. Tais produtos, mostraram-nos o quanto podemos colaborar para o impulsionamento da construção de narrativas autônomas a respeito das diversas experiências vivenciadas pelas pessoas atingidas pelos desastres socioambientais. Outro resultado do projeto foi o seminário de extensão, realizado em 2021, que terá seu conteúdo publicado futuramente em um *e-book*. Além disso, sugestões foram encaminhadas, via formulário de avaliação final, auxiliando-nos na avaliação global dos projetos e no aperfeiçoamento das ações extensionistas, encarando a possibilidade de uma próxima edição do projeto.

A partir de uma das avaliações recebidas, pudemos ter a certeza de que os propósitos do presente projeto foram alcançados. Em resposta à pergunta “Quais benefícios o seminário trouxe para você?”, uma pessoa participante disse “Cada vez amplio meus horizontes, sempre vejo depois as aulas e são esclarecedoras e sempre tenho perguntas, mas aprendi muito inclusive (*sic*) com perguntas de outras pessoas”. Ao responder sobre “Quais eram

suas expectativas?”, ela ainda disse: “Caminhar com a certeza de não vai em ciladas (*sic*), e ter propriedade para usar argumentos e mostrar que não somos leigos”. De fato, dialogar com as pessoas e contribuir de alguma maneira para a melhoria de sua qualidade de vida, enquanto aprendemos com suas experiências, é o propósito do fazer extensionista.

Referências

AMBIOS ENGENHARIA E PROCESSOS LTDA. *Relatório final: estudo de avaliação de risco à saúde humana em localidades atingidas pelo rompimento da Barragem do Fundão – MG*. São Paulo: Ambios, 2019.

ARTIGO 19; WITNESS. *Vídeo como prova jurídica para defesa dos direitos humanos no Brasil*. [S.l.]: Witness, 2019. Disponível em: https://portugues.witness.org/portfolio_page/video-como-prova-juridica-para-a-defesa-dos-direitos-humanos-no-brasil. Acesso em: 17 maio 2023.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cidadania e modernidade. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 22, p. 41-59, 1999.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* São Paulo: Paz e Terra, 1988.

MEDEIROS, Evandro. *O jornalismo em equívoco: sobre o telefone celular e a invenção diferenciante*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2022. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/editora/wp-content/uploads/sites/113/2022/08/O-JORNALISMO-VERSAO-FINAL.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2023.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). *Diretrizes para aprendizagem móvel*. São Paulo: Unesco, 2013. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002277/227770por.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2023.

SLEUTJES, Maria Helena Silva. Refletindo sobre os três pilares de sustentação das universidades: ensino-pesquisa-extensão. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, p. 99-101, 1999.

SOUZA, Daniela. O terrorismo das barragens. *Revista Manuelzão: saúde, ambiente e cidadania na Bacia do Rio das Velhas*, Belo Horizonte, ano 22, n. 84, p. 22, mar. 2019. Disponível em: <https://manuelzao.ufmg.br/biblioteca/revista-manuelzao-84/>. Acesso em: 17 maio 2023.

WITNESS. *Witness*, 2023a. Nossa história. Disponível em: <https://portugues.witness.org/quem-somos/nuestra-historia/>. Acesso em: 22 maio 2023.

WITNESS. *Witness*, 2023b. Página inicial. Disponível em: <https://portugues.witness.org>. Acesso em: 22 maio 2023.

WITNESS. *Witness*, 2023c. Quem somos. Disponível em: <https://portugues.witness.org/quem-somos/>. Acesso em: 22 maio 2023.

WOTTRICH, Laura Hastenpflug. Cidadania comunicativa: apontamentos escassos de um campo de batalhas. *In: IX CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE MÍDIA CIDADÃ*, 9., 2013, Curitiba. *Anais [...]*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2013.